



Análise do índice de efetividade de gestão municipal (iegm) do dos municípios do estado de Rondônia no período de 2015-2016

Analysis of the municipal management effectiveness index (iegm) of the rondonia state municipalities for the period 2015-2016

Otacílio Moreira de Carvalho Costa

Email: otaciliomc@unir.br

Professor do magistério superior da Universidade Federal de Rondônia, mestre em administração e bacharel em economia

Kamyla Maria de Araújo Souza

Email: kamylaasouza@gmail.com

Graduação em Ciências Econômicas pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Brasil

Erasmus Moreira de Carvalho

Email: erasmo@unir.br

Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Professor do Magistério Superior da Universidade Federal de Rondônia

Osmar Siena

Email: siena@unir.br

Doutor em Engenharia de Produção (2002) e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1993). Graduado em Física pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1980). É professor de carreira da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a evolução do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) dos municípios componentes do estado de Rondônia, a partir dos fatores que contribuíram para melhorar ou reduzir o desempenho dos índices de Educação, Saúde e Meio Ambiente. A busca pela eficiência na gestão pública tem sido objeto de cobrança por parte da sociedade, que atua por meio de mecanismos de controle social no uso dos recursos públicos e da qualidade dos produtos gerados pelos serviços prestados pelos entes públicos nas diversas áreas de suas atribuições. A administração municipal brasileira tem levantado debates acerca de sua capacidade de responder aos anseios sociais. Diante disso, autoridades vem buscando soluções visando mensurar a efetividade na gestão pública municipal. Com a avaliação do IEGM é possível mensurar a qualidade dos gastos de um município e se os objetivos deste município estão sendo devidamente e efetivamente alcançados. A metodologia aplicada na realização deste estudo pode ser classificada como pesquisa exploratória e qualitativa. A pesquisa identificou que os três resultados positivos no total do IEGM Estado de Rondônia foram representados pelos municípios de Cacoal, Ji-paraná, e Porto Velho, todos com a nota B, o que equivale à classificação “Muito Efetiva” e os resultados negativos para o IEGM são dos municípios de Novo Horizonte do Oeste, Presidente Médici e Candeias do Jamari, que receberam nota C, o que equivale a “Baixo Nível de Adequação”. Em um contexto geral o estado de Rondônia encontra-se em situação crítica na classificação geral do IEGM, com nota C, o que equivale a “Baixo Nível de Adequação”.

Palavras-chave: Índice de Efetividade de Gestão Municipal. Gestão Municipal. Efetividade. Eficiência. Indicadores.

Abstract

This research aims to analyze the evolution of the Municipal Management Effectiveness Index (IEGM) of the component municipalities of the state of Rondônia, from the factors that contributed to improve or reduce the performance of Education, Health and Environment. The search for efficiency in public management has been the object of collection by society, which acts through social control mechanisms in the use of public resources and the quality of products generated by the services provided by public entities in the various areas of their duties. The Brazilian municipal administration has raised debates about its ability to respond to social concerns. Given this, authorities have been seeking solutions aimed at measuring effectiveness in municipal public management. With the evaluation of the IEGM it is possible to measure the quality of spending of a municipality and whether the objectives of this municipality are being properly and effectively achieved. The methodology applied in this study can be classified as exploratory and qualitative research. The research identified that the three positive results in the total of the IEGM State of Rondônia were represented by the municipalities of Cacoal, Ji-paraná, and Porto Velho, all with grade B, which is equivalent to the "Very Effective" classification and the negative results for IEGM are from the municipalities of Novo Horizonte do Oeste, Presidente Médici and Candeias do Jamari, who received a grade of C, which is equivalent to "Low Level of Adequacy". In a general context the state of Rondônia is in a critical situation in the general classification of the IEGM, with grade C, which is equivalent to "Low Level of Adequacy".

Keywords: Municipal Management Effectiveness Index. Municipal Management. Effectiveness. Efficiency. Indicators

1 INTRODUÇÃO

A busca pela eficiência na gestão pública tem sido objeto de cobrança por parte da sociedade, que atua por meio de mecanismos de controle social acerca do uso dos recursos públicos e da qualidade dos produtos gerados e dos serviços prestados pelos entes públicos no país nas diversas áreas de atribuições desses entes federativos.

Para avaliação da eficiência e efetividade das ações dos atores públicos e dos entes federativos, diversas organizações públicas e privadas vêm construindo metodologias de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação da atuação desses atores e entes, a partir de indicadores e índices que mensuram diversos aspectos, como eficiência, efetividade, excelência, economicidade, entre outros elementos, nas práticas e resultados em diversas áreas de atuação, como educação, saúde, meio ambiente, planejamento público, governança, situação fiscal, entre outras áreas de atuação dos entes da federação.

Entre esses instrumentos de acompanhamento e avaliação da atuação do setor público, destaca-se o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e que está sendo difundido em todos os estados do Brasil, a partir dos trabalhos dos Tribunais de Contas de cada unidade da federação (IRB, 2015).

O desempenho do estado de Rondônia e de seus municípios são mensurados pelo IEGM e, o que chama a atenção é que, em 2015, o estado apresentava índice geral considerado “Em Fase de Adequação” na escala, com IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima e, em 2016, o estado apresentou índice na faixa de “Baixo Nível de Adequação”.

Alguns fatores contribuíram para a queda no desempenho do IEGM de Rondônia em relação aos dois anos, alguns municípios melhoraram seu desempenho enquanto outros municípios tiveram seu desempenho reduzido, contribuindo para a queda do índice estadual.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar evolução do IEGM (Índice de Efetividade de Gestão Municipal) do estado de Rondônia e dos municípios componentes do estado, a partir dos fatores que contribuíram para melhorar ou reduzir o desempenho do referido índice para esses entes, entre os anos de 2015 e 2016.

Para tanto, a pesquisa centrou sua análise em três índices, do total de sete aferidos pelo IEGM: Educação; Saúde; Meio Ambiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do fenômeno da descentralização torna-se necessário que surjam indicadores para fiscalizar os gastos públicos municipais, de modo que sejam constatados se estão sendo alocados eficientemente. Sousa e Ramos (1999) afirma que é “necessário definir medidas de eficiência a partir das quais as políticas de gastos públicos possam ser avaliadas”.

A eficiência, eficácia e a efetividade são conhecidas como 3 e's. Destaca-se que ambas são muito utilizadas nos sistemas das organizações sejam elas públicas ou privadas.

Então pode-se inferir que a eficiência ocorre quando são atingidos objetivos com qualidade utilizando a menor quantidade de recursos possíveis e no menor

tempo previsto, a eficácia ocorre quando os resultados são obtidos de acordo com as metas estabelecidas.

O IEGM avalia a efetividade da gestão municipal e seu objetivo é identificar se os gestores municipais alcançaram objetivos estipulados. Chiavenato (1994) explica que “eficácia é uma medida normativa do alcance dos resultados” Outro objetivo da efetividade é avaliar se realmente era necessário usar o dinheiro público com objetivo estipulado. Torres (2004, p. 175):

Efetividade: é o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a ideia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, haja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito.

Primeiramente falando sobre a eficácia destaca-se que a eficácia consiste em fazer a coisa certa (não necessariamente da maneira certa). A eficácia está totalmente voltada para o produto, ou seja, para o resultado. Sendo assim a eficácia está totalmente relacionada ao fim, isto é, ao objetivo e fazer algo que tenha êxito assim eficaz. Desta forma, a missão da organização é cumprida, o resultado da organização que foi desenhado e projetado, bem como o planejado caso seja cumprido a ficar eficaz foi atingida.

Faz-se necessário distinguir eficácia de eficiência para analisar os gastos públicos. Rezende (2001, p. 117):

A terminologia do orçamento-programa costuma distinguir dois conceitos de eficiência. Um propõe-se verificar se o conjunto de programas que vem sendo executado maximiza os resultados obtidos em termos dos objetivos gerais do planejamento, ou se existem melhores alternativas a serem consideradas. O outro pretende analisar cada programa individualmente, tendo em vista verificar se eles estão sendo executados com minimização dos custos operacionais. O primeiro refere-se ao conceito de eficácia e o segundo, ao conceito usual de eficiência.

A eficiência se trata de como são feitos o caminho e o método, no sentido da eficiência acionado com a maneira pela qual fazemos, ou seja, a metodologia. Muitos estudiosos remetem ao estudo da ciência na escola clássica da classificação pois a forma com que se faz um processo está muito voltada para os métodos dos

tempos e desenvolvimentos que foram desenvolvidos por Frederick Taylor na escola clássica da administração.

Desta forma, afirma-se que a eficiência estava lotada com metodologia de concepção e a maneira pela qual faz-se a coisa. Alguns autores associam o conceito de eficiência ao de economicidade, ou seja, quando se está sendo econômico na utilização dos recursos a fim de atingir os objetivos. Assim, é importante que se perceba que se pode ser eficaz sem que necessariamente se tenha sido eficiente.

Motta (1990, *apud* Gomes, 2009) diferencia eficiência, eficácia e efetividade destacando que eficiência está relacionada ao cumprimento de normas e redução de custos sendo útil ao verificar se um programa de governo está sendo executado de maneira competente e na melhor relação custo-resultado. Por sua vez, eficácia se refere ao alcance dos resultados e quanto à qualidade dos produtos e serviços postos à sociedade, verificando se os resultados previstos estão sendo alcançados em termos de quantidade e qualidade. Por fim, efetividade se relaciona ao efeito da decisão pública e sua utilidade, verificando se o programa de governo responde adequadamente às demandas, aos apoios e necessidades sociais. Segundo o autor, avaliar eficiência da ação pública é buscar saber como aconteceu, a eficácia é entender o que aconteceu e a efetividade é identificar a diferença que a ação gerou.

A efetividade tem a ver com o impacto, muitos autores, como por exemplo Chiavenato (1994) que a efetividade decorre do alcance de eficácia e da eficiência de forma simultânea, mas a princípio, o conceito da efetividade tem a ver com o impacto.

Ressalta o impacto na medida em que o resultado previsto e concretizado mudou algo determinado. Ou seja, impacto todo de forma generalizada aquilo que ocorreu, a metodologia que se utilizou, e o resultado que se alcançou proporcionando um impacto positivo no processo do meio ambiente onde todos os fatores estavam inseridos.

Chiavenato (1994, p. 70) destacou que:

À medida que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele está se voltando para a eficiência (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem-feitas são as que realmente deveriam ser feitas, então ele está se voltando para a eficácia (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis).

Alguns autores entendem que a efetividade decorre de alcançar a eficácia e eficiência de forma simultânea, porém outros defendem que a efetividade é alcançada a partir do impacto que as questões tratadas e os recursos usados, bem como o objetivo atingido é a partir do impacto em um todo. Em outra perspectiva afirma-se que a efetividade ocorre quando um produto ou serviço foi percebido pelo usuário como satisfatório.

Administração burocrática não tinha muita preocupação com o cidadão e com atendimento às suas necessidades e preocupava-se mais com os procedimentos internos (meios), dando pouca importância aos resultados efetivos. Para administração burocrática cidadão era visto apenas como alguém que pagava impostos. Gomes (2009) destaca que a literatura corrente define eficiência como o balanço entre objetivos atingidos e recursos utilizados para o alcance desses objetivos enquanto eficácia é entendido como a constatação se os objetivos foram alcançados no nível de qualidade esperado e, por sua vez, a efetividade avalia se os resultados pretendidos, sociais e econômicos, foram atingidos, sem preocupações com os recursos despendidos.

O termo cliente tem origem no setor privado e influencia a reforma do Estado. A insatisfação do cliente usuário com os serviços públicos é notória. Os serviços prestados pela administração pública são considerados ineficientes, caros e de pouco valor ao usuário.

No meio público foco no cidadão é mais apropriado que o foco no cliente, visto que na Administração Pública os princípios constitucionais como eficiência devem primeiro atender aos valores democráticos (normas legais, lealdade, imparcialidade, equidade, justiça), além disso, atuação da comunidade. O sentido democrático emprega maior participação do cidadão ao meio público, orienta a atuação do estado para dentro dos usuários, proporciona mais transparência nas decisões do estado com o cidadão e com a sociedade.

Após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Brasil passou por transformações principalmente no que concerne as políticas públicas, esta constituição foi conhecida como constituição cidadã que ocorreu em um momento de transição da ditadura para a democracia, o momento em que o país se mobilizou e os movimentos sociais se mobilizaram, bem como o campo das políticas públicas com seus militantes, técnicos e profissionais apresentaram as propostas das populares que resultaram em transformações importantes.

Tais transformações se concluíram em: universalização de determinadas políticas públicas; descentralização administrativa com os municípios assumidos novas prerrogativas; e controle social, que a combinação da democracia representativa democracia participativa.

Cada área se estruturou com leis regulamentadas, tais como área da saúde, das e social, da educação, das crianças e adolescentes, das políticas urbanas, entre outras. De lá para cá muitas legislações foram conquistadas e sistemas de políticas públicas sendo implementados tanto em nível federal, estadual municipal.

Em relação a transparência das ações do governo, isso decorre, pois, o povo é proprietário da bem público, é ele quem financia, por meio de pagamento de impostos, a atividade estatal, é o povo também que escolhe quem serão os administradores públicos e, portanto, caso esses mandatários não atinjam as metas prometidas perante sociedade, não serão reeleitos ou não reelegerão sucessores. A transparência é consagrada através do princípio da publicidade, no artigo 37 da CF. Através da publicidade é possível que exista uma maior participação da sociedade na Gestão Pública. Bodart (2005, p. 15) frisa que:

É importante que a administração pública seja transparente, tendo o dever de incluir a participação da sociedade na tomada de decisão, o que estabelece metas específicas e responsabilidades para os governantes, eliminando o anonimato quanto ao alcance de metas, e caso não atendidas, podem ser respondidas pela sociedade nas eleições.

Entre os motivos que tornam a participação social na gestão pública necessária destaca-se a corrupção e a falta de capacidade dos administradores públicos. Para que essa participação ocorra de maneira efetiva há diversas leis e normativos que objetivam pressionar os administradores públicos nesse sentido (Bodart, 2015, p. 11).

A participação social sobre o controle dos gastos públicos pode torna-los mais eficientes e efetivos, é o que afirma Milani (2008, p. 559):

Em primeiro lugar, a participação pode significar controlar a qualidade dos serviços prestados. Isso significa que a participação cidadã na prestação de serviços sociais pode aumentar a qualidade dos resultados obtidos ao contrapor-se às formas monopólicas de produção de serviços sociais. Ela pode ajudar a incrementar a efetividade dos serviços sociais, tornando os gastos mais eficientes. Em segundo lugar, a participação pode significar a expressão de prioridades acerca de bens públicos futuros.

Portanto a participação social na fiscalização dos gastos públicos minimiza os riscos de que o bem público seja usado para fim diverso do interesse social. É primordial a participação social também na elaboração de normativos que atendam suas necessidades. Logo, Estados que possuem para participação da sociedade tendem a ser mais efetivos.

3 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

3.1 Caracterização da pesquisa

A metodologia aplicada na realização deste estudo pode ser classificada como pesquisa qualitativa que, segundo Oliveira (2011, p. 24) “é entendida, por alguns autores, como uma ‘expressão genérica’. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas”.

De acordo com Guerra (2014, p. 15) “Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social” interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

A presente pesquisa busca realizar uma análise qualitativa dos resultados do IEGM do estado de Rondônia e de seus municípios, para os exercícios de 2015 e 2016, a partir de uma interpretação semântica dos resultados.

Essa pesquisa se classifica também como bibliográfica e exploratória que para Gil (2010, p.41 e 44) “a pesquisa Bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipótese.

3.2 Seleção da amostra

Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 223) “Só ocorre quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população”.

Dentro desta perspectiva afirma-se que as amostras utilizadas serão por agrupamento, onde foram realizadas a reunião de amostras representativas da população em questão.

3.3 Coleta de Dados e Tratamento dos Dados

A coleta dos dados ocorreu através de análises documentais nos quais foram retirados dados que possibilitaram o alcance de todos os resultados. Estas coletas foram separadas e fichadas para que os dados obtidos pudessem ser melhores selecionados no intuito de alcançar êxito na referida pesquisa.

No sítio eletrônico criado pelo Instituto Rui Barbosa com o intuito de fornecer informações referentes ao Índice de Efetividade de Gestão Municipal, é disponibilizada toda a pesquisa realizada incluindo o questionário já respondido pelos municípios interessados. A partir da base de dados disponibilizada foram retirados os itens que deram suporte a pesquisa permitindo a criação de tabelas e gráficos. Para fazer comparativo entre os exercícios em questão foi preciso avaliar cada município e seu registro no referido índice analisado e conferir sua modificação entre os dois anos pesquisados. Os gráficos foram elaborados com o intuito de apresentar os municípios com maior destaque, esse critério foi utilizado porque o número de municípios com notas maiores foi relativamente menor, o que permitiu que se colocasse em gráfico para melhor ilustração, em tais gráficos é possível observar a presença dos municípios destaques de cada ano e sua possível transformação. As tabelas foram criadas retirando todos os dados disponíveis e dispendo conforme a ordem alfabética dos municípios, foram destacados com a cor vermelha os municípios que tiveram suas notas diminuídas e com a cor verde os que obtiveram progresso na legenda.

4 RESULTADO DA PESQUISA

4.1 Metodologia Adotada pelo IRB para o IEGM

O índice de efetividade da gestão municipal é um programa que mede a qualidade dos gastos e avalia as políticas e atividades dos gestores. Estas informações auxiliam no aprimoramento do controle social e serve para que o

Tribunal de Contas possa utilizar os indicadores no julgamento e análise das contas de prefeituras e do Governo do Estado. Segundo o Instituto Rui Barbosa (IRB):

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens: dados governamentais e outras fontes de informação; dados oriundos de sistemas automatizados de apoio à fiscalização (TAAC – Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador); informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais (IRB, 2018).

O IEGM é calculado com base em sete indicadores (IRB, 2015): a) Educação; b) Saúde; c) Planejamento; d) Gestão fiscal; e) Meio ambiente; f) Tecnologia da informação; e g) Planejamento para gestão de desastres naturais.

A inserção do IEMG é de grande relevância, visto que a avaliação incentiva os municípios a se posicionarem de forma mais regular tornando-se efetivos. Conforme destacado no 1º Anuário 2015 do IRB (2015, p. 7) destaca que:

O IEGM Brasil é o índice de desempenho elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e difundido para os demais Tribunais de Contas do Brasil. Ele é composto por 07 índices setoriais, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático que, com foco na análise da infraestrutura e dos processos dos entes municipais, busca avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos seus gestores.

De acordo com o 1º Anuário 2015 (IRB, 2015, p. 9) “o Índice Municipal da Educação mede o resultado das ações da gestão pública municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e Ensino Fundamental”. Afirma-se que o foco principal deste setor do IEGM é a infraestrutura escolar.

Conforme consta em seu sítio eletrônico, o IRB explica que o i-Educ:

O Índice Municipal de Educação mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à educação infantil e Ensino Fundamental, com foco em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Este índice reúne informações sobre avaliação escolar, planejamento de vagas, atuação do Conselho Municipal de Educação, problemas de infraestrutura, merenda escolar, situação e qualificação de professores, quantitativo de vagas, material e uniforme escolares.

O Índice Municipal da Saúde tem como objetivo medir o resultado das ações da gestão Pública Municipal programando-se por meio de quesitos peculiares com foco nos processos realizados pelas prefeituras relacionados à: a) Atenção Básica,

Cobertura e ação do Programa Saúde da Família; b) Atuação do Conselho Municipal da Saúde; c) Assiduidade dos médicos; d) Atendimento à população para tratamento de doenças como a tuberculose e prevenção de doenças como a dengue; e) Controle de estoque de insumos; e f) Cobertura das campanhas de vacinação e de orientação à população.

O 1º Anuário 2015 do IRB (2015, p. 10) destaca ainda que “O Índice Municipal do Planejamento verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis”. Neste confronto, além dos aspectos de tudo aquilo que foi planejado, é possível identificar se existe coerência entre as metas físicas que foram alcançadas e os recursos que foram empregados, assim como também identificar entre os resultados alcançados pelas ações, bem como os seus reflexos nos indicadores dos programas (IRB, 2015).

De acordo com Amorim (2016, p. 18) o Índice Municipal da Gestão Fiscal permite “Ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada, habilitando o usuário da informação a entender o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal à parte fiscal”.

Já de acordo com o IRB “Este índice mede o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.”

O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos segundo destaca o IRB (2015, p. 10) “Mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres”. As informações obtidas pelo Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos objetiva reunir informações a respeito do Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público, bem como também da infraestrutura da Defesa Civil. Amorim (2016, p. 22) afirma que:

O i-Amb (Índice Municipal do Meio Ambiente) tem por objetivo apresentar a lista com o posicionamento dos municípios com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, tais como resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental, etc.

Sobre o Índice Municipal do Meio Ambiente, o IRB (2015, p. 10) destaca que o referido índice “Mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas”. É importante ressaltar que este índice foca nos resultados de informações sobre resíduos sólidos, saneamento básico, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.

O IRB explica que “O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência” (IRB, 2018).

Figura 1 – Cinco faixas de resultados das notas obtidas nos 07 índices setoriais.

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A.
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima.
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima.
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima.
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%.

Fonte: HELVÉCIO, 2015.

O critério de notas obtidas para resultados do IEGM no Brasil possui cinco faixas de resultados, obedecendo a critérios específicos, como destaca a Figura 1.

4.2 IEGM do Estado de Rondônia e dos Municípios Componentes

Primeiramente é importante ressaltar que das 27 (vinte e sete) unidades federativas do país, participaram do IEGM 2015 22 (vinte e dois) estados e o Distrito Federal. Segundo o Instituto Rui Barbosa, houve um percentual de adesão de 72,48 % dos municípios brasileiros. Já no ano de 2016 houve um aumento do percentual de adesão para 80,18% dos municípios e somente o estado de Pernambuco não participou da pesquisa.

Em relação ao estado de Rondônia, em 2015 houve uma taxa de adesão de 96,15%, dos 52 municípios fiscalizados, sendo que, desta forma, apenas 50 (cinquenta) responderam ao questionário para a formulação do índice no referido ano, e o estado recebeu a legenda amarela (nota) C+, que significa “Em fase de Adequação”. Já em 2016 o percentual de adesão do estado subiu para 100% e os

52 municípios fiscalizados responderam à pesquisa, o que mostra uma elevada participação do estado. Rio Crespo, na região do Vale do Jamari, e São Miguel do Guaporé, na Zona da Mata de Rondônia, foram os municípios que não responderam à pesquisa em 2015.

No que se refere a nota recebida, Rondônia obteve apenas a legenda laranja C, que significa “Baixo Nível de Adequação”, sofrendo uma queda na avaliação do estado, sendo relevante identificar os fatores que contribuíram para essa queda bem como os municípios que também contribuíram.

Antes de ilustrar os resultados para os três índices objetos da pesquisa (Educação, Saúde e Meio Ambiente), serão destacados outros índices que contribuíram para o desempenho do IEGM estadual.

Para o índice de Planejamento (i-Planejamento), as notas obtidas pelos municípios rondonienses em 2015 em comparação a 2016, observa-se que 6 municípios tiveram sua avaliação rebaixada em 2016 em comparação a 2015, representando aproximadamente 12% dos municípios de Rondônia, enquanto outros 4 municípios tiveram sua condição melhorada nessa dimensão em 2016, sem grandes destaques, sendo que outros 40 municípios mantiveram a condição na referida dimensão e dois municípios somente tiveram suas avaliações para o ano de 2016. Desta forma, trata-se de um índice que contribuiu para o baixo desempenho do IEGM para o estado de Rondônia.

Em relação ao índice de Gestão Fiscal (i-Fiscal), na comparação 2015 e 2016, 12 municípios de Rondônia apresentaram desempenho inferior em 2016 em relação a 2015 enquanto 14 municípios melhoraram sua condição no índice, sendo o melhor índice para os municípios de Rondônia em relação ao IEGM, sendo, portanto, um dos índices que minimizaram um desempenho ainda pior para o estado. Destaque negativo para os municípios de Cerejeiras e Urupá, que saíram da condição de “Altamente Efetiva” (nota A) para a condição “Efetiva” (nota B+) e municípios de Candeias do Jamari, Corumbiara e Novo Horizonte do Oeste, que saíram da condição “Muito Efetiva” (nota B+) para “Em fase de Adequação” (nota C+). Destacam-se positivamente Ministro Andreazza, que saiu da condição “Baixo Nível de Adequação” (nota C) para a condição “Efetiva” (nota B), municípios de Porto Velho e Primavera de Rondônia que saíram da condição “Em fase de Adequação” (nota C+) evoluindo para “Muito Efetiva” (nota B+) e São Felipe do

Oeste, que saiu de “Muito Efetiva” (nota B+) para a melhor condição no ranking “Altamente Efetiva” (nota A).

Para o índice Proteção da Cidade (i-Cidade), na comparação 2015 e 2016, 5 municípios melhoraram sua avaliação em 2016 em relação a 2015, com destaque para Guajará-Mirim, que saiu da condição de “Baixo Nível de Adequação” (nota C) em 2015 para “Muito Efetiva (nota B+) em 2016. Apenas dois municípios regrediram na avaliação do i-Cidade, sendo eles Ji-Paraná e Buritis. A maioria dos municípios, 43 ao todo, manteve a avaliação, a maioria nota C (Baixo Nível de Adequação) e somente Porto Velho mantendo avaliação máxima, nota A (Altamente Efetiva). Rio Crespo e São Miguel do Guaporé não participaram da avaliação de 2015, não sendo possível avaliar a evolução para os dois municípios. Trata-se também de um índice que minimizou um resultado ainda pior para o estado de Rondônia.

O índice em que os municípios de Rondônia apresentaram melhor evolução foi o de Governança em Tecnologia da Informação (i-Gov TI), na qual 14 municípios melhoraram sua avaliação em 2016 em relação a 2015, com destaque para os municípios de Candeias do Jamari, Castanheiras, Rolim de Moura e Urupá, que saíram da condição “Baixo Nível de Adequação” (nota C) em 2015 para “Efetiva” (nota B) em 2016 e Vale do Paraíso, que evoluiu de “Baixo Nível de Adequação” (nota C) em 2015 para a condição “Muito Efetiva” (nota B+) em 2016. Por sua vez, 8 municípios regrediram em suas avaliações no ano de 2016 quando comparado a 2015, com destaque para Guajará-Mirim e Monte Negro, que regrediram de “Efetiva” (nota B) em 2015 para a condição “Baixo Nível de Adequação” (nota C) em 2016. Outros 28 municípios mantiveram suas avaliações em 2016 em relação a 2015, destacando novamente que Rio Crespo e São Miguel do Guaporé não participaram da avaliação no ano de 2015.

Para um melhor detalhamento e comparação foram elaboradas tabelas apresentando a nota obtida por todos os municípios do ano de 2015 e de 2016 em relação aos três índices selecionados. A Figura 2 traz o índice da área de Educação (i-Educ), para 50 municípios de Rondônia em 2015 e 52 municípios em 2016.

Figura 2 – Comparativo dos municípios de Rondônia Índice Educação do IEGM: 2015 e 2016

i-Educação			
Municípios	Porte	2015	2016
Alta Floresta do Oeste	Médio	C	C
Alto Alegre dos Parecis	Pequeno	C+	C
Alto Paraíso	Médio	B	C
Alvorada do Oeste	Pequeno	C+	C
Ariquemes	Médio	C+	C+
Buritis	Médio	B+	B
Cabixi	Pequeno	B	C
Cacaulândia	Pequeno	C	C
Cacoal	Médio	B	B
Campo Novo de Rondônia	Pequeno	C	C
Cadeias de Jamari	Médio	B	C
Castanheiras	Muito pequeno	B	C+
Cerejeiras	Pequeno	C	B
Chupinguaia	Pequeno	C	C
Colorado do Oeste	Pequeno	B	C
Corumbiara	Pequeno	C+	C
Costa Marques	Pequeno	B	C
Cujubim	Médio	C+	C+
Espigão do Oeste	Médio	B	C
Governador Jorge Teixeira	Pequeno	C	C
Guajará-Mirim	Médio	B+	C
Itapuã do Oeste	Pequeno	C	C
Jaru	Médio	C+	B
Ji-Paraná	Médio	B	B
Machadinho do Oeste	Médio	C+	C
Ministro Andreazza	Pequeno	B	C+
Mirante da Serra	Pequeno	C+	C+
Monte Negro	Pequeno	C	C
Nova Brasilândia do Oeste	Médio	C	C
Nova Mamoré	Médio	C	C
Nova União	Pequeno	C+	C
Novo Horizonte do Oeste	Pequeno	C	C
Ouro Preto do Oeste	Médio	B+	C
Parecis	Pequeno	C	C
Pimenta Bueno	Médio	B	C
Pimenteiras do Oeste	Muito pequeno	B	C
Porto Velho	Grande	B+	B+
Presidente Médici	Médio	C+	C
Primavera de Rondônia	Muito pequeno	C	C
Rio Crespo	Muito pequeno		C
Rolim de Moura	Médio	C+	C
Santa Luzia do Oeste	Pequeno	B+	C
Seringueiras	Pequeno	B+	C+
São Felipe do Oeste	Pequeno	C	C
São Francisco do Guaporé	Pequeno	B	C+
São Miguel do Guaporé	Médio		C+
Teixerópolis	Pequeno	C	C
Theobroma	Pequeno	B	C
Urupá	Pequeno	C+	C
Vale do Anari	Pequeno	C	C
Vale do Paraíso	Pequeno	B	C
Vilhena	Médio	B	C

Fonte: IEGM (2015 e 2016).

Conforme pode ser visto na Figura 2, 27 municípios de Rondônia sofreram queda em suas notas no ano de 2016 em relação a 2015 para o i-Educação, representando aproximadamente 52% dos municípios do estado, com destaque para os municípios de Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste e Santa Luzia do Oeste, que saíram da condição de “Muito Efetiva” (nota B+) para a condição de “Baixo Nível de Adequação” (nota C). Em contrapartida, apenas dois municípios tiveram sua avaliação melhorada, sendo elas Cerejeiras, que saiu da condição de “Baixo Nível de Adequação” (nota C) para a condição de “Efetiva” (nota B), e Jarú, que saiu da condição de “Em fase de Adequação” (nota C+) para a condição “Efetiva” (nota B). Outros 20 municípios mantiveram a posição entre 2015 e 2016 e outros dois municípios tiveram avaliação apenas no ano de 2016.

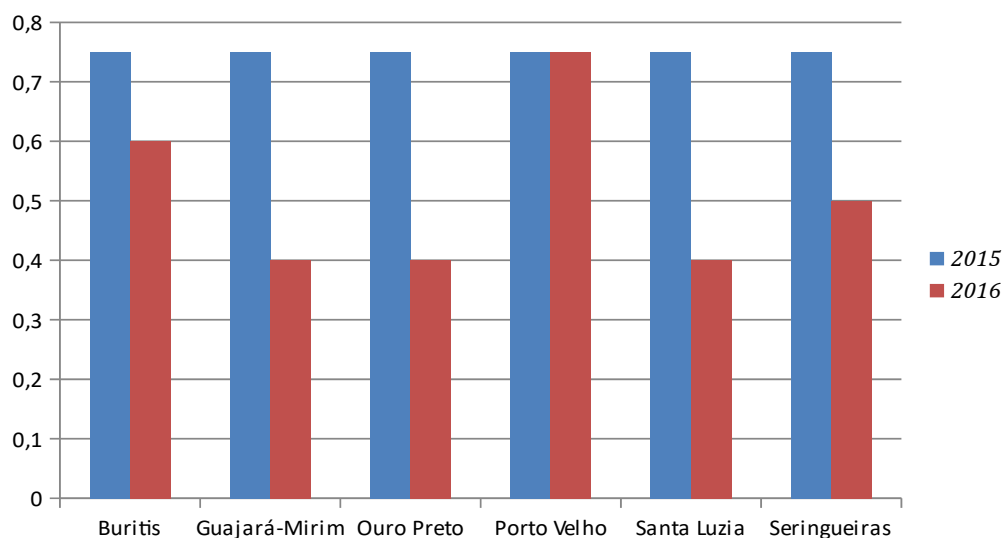
Desta forma, destacados em vermelho estão os municípios que contribuíram para que o estado de Rondônia tivesse sua situação rebaixada de “Em fase de Adequação” (nota C+) para a condição de “Baixo Nível de Adequação” (nota C), mesmo com dois municípios melhorando seu posicionamento, não sendo suficiente para melhorar o posicionamento do estado.

Ainda no tocante ao índice de Educação, em relação aos municípios de Rondônia em 2015, seis municípios foram classificados como “Muito Efetiva” (nota B+), 16 como “Efetiva” (nota B), 12 como “Em fase de Adequação” (nota C+), 16 foram classificados com “Baixo Nível de Adequação” (nota C). Contudo ao analisar a classificação dos municípios no ano de 2016. 38 municípios foram qualificados com “Baixo Nível de Adequação”, nota C, o que mostra que o número dos municípios com “Baixo nível de Educação” dobrou. Os demais oito municípios se encontravam “Em fase de Adequação” (nota C+), seis estavam na condição “Efetiva” (nota B) e somente um, a capital do estado, estava na condição “Muito Efetiva” no índice da área de educação (nota B+).

Para melhor apresentação dos resultados, os seis municípios de maior destaque no exercício de 2015 com nota B+ (Burity, Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste, Porto Velho, Santa Luzia D'Oeste e Seringueiras) foram destacados no Gráfico 1, sendo comparadas as notas do exercício de 2016 com a nota obtida no exercício de 2015.

Conforme se pode analisar no Gráfico 1, o único município destaque do ano de 2015 que manteve sua nota em 2016, B+, foi Porto Velho, os demais tiveram piora no respectivo índice diminuíram, sendo que Buritis reduziu para B, Seringueiras para C+ e Guajará-Mirim, Ouro Preto e Santa Luzia minimizaram para C.

Gráfico 1: Comparativo das Notas dos Municípios Destacados de Rondônia: 2015 em relação a 2016



Fonte: IEGM (2015 e 2016).

Os fatores que mais contribuíram para a queda do desempenho para os municípios destacados no Gráfico 1 foram: crianças que abandonaram os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) por falta de incentivo dos pais, a ausência de levantamento do quantitativo de crianças que necessitavam de creche e de pré-escola do ano de 2016, falta de laboratórios ou sala de informática com computadores no segundo ano pesquisado. Destaca-se que muitos municípios não responderam várias perguntas, em especial, relacionadas a quantidades de crianças que abandonaram os anos iniciais do ensino fundamental por necessidade de trabalho, dificuldades de aprendizado, motivos de doenças crônicas, entre outros motivos, o que aparenta falta de controle e governança por parte das secretarias municipais de educação em monitorar as evasões e os motivos que levaram os alunos a abandonar as aulas.

De acordo com os dados analisados percebe-se que em Rondônia há uma dificuldade de alcançar efetividade em relação ao índice de Educação, tanto porque nenhum município conseguiu alcançar a nota máxima A+, altamente efetivo, bem

como pela alta quantidade de municípios com baixo nível de adequação no ano de 2016.

Figura 4 – Comparativo dos municípios de Rondônia Índice Saúde do IEGM: 2015 e 2016

i-Saúde			
Municípios	Porte	2015	2016
Alta Floresta do Oeste	Médio	C+	B+
Alto Alegre dos Parecis	Pequeno	C+	B
Alto Paraíso	Médio	B	C
Alvorada do Oeste	Pequeno	B	C
Ariquemes	Médio	A	B+
Buritis	Médio	B+	C
Cabixi	Pequeno	C+	B
Cacaulândia	Pequeno	B	C
Cacoal	Médio	C+	C+
Campo Novo de Rondônia	Pequeno	B	C+
Cadeias de Jamari	Médio	C	C+
Castanheiras	Muito pequeno	B	B
Cerejeiras	Pequeno	B+	B
Chupinguaia	Pequeno	B+	B
Colorado do Oeste	Pequeno	C+	B
Corumbiara	Pequeno	C+	B
Costa Marques	Pequeno	C+	B
Cujubim	Médio	B	C+
Espigão do Oeste	Médio	B	B
Governador Jorge Teixeira	Pequeno	B	B
Guajará-Mirim	Médio	B+	C
Itapuã do Oeste	Pequeno	C+	B
Jaru	Médio	C+	B
Ji-Paraná	Médio	B+	A
Machadinho do Oeste	Médio	B+	C
Ministro Andreazza	Pequeno	B+	B
Mirante da Serra	Pequeno	C	B
Monte Negro	Pequeno	C+	B
Nova Brasilândia do Oeste	Médio	B	B
Nova Mamoré	Médio	C	C+
Nova União	Pequeno	B	B
Novo Horizonte do Oeste	Pequeno	B+	B
Ouro Preto do Oeste	Médio	C+	B
Parecis	Pequeno	B	B
Pimenta Bueno	Médio	B+	C+
Pimenteiras do Oeste	Muito pequeno	B	B
Porto Velho	Grande	B+	C+
Presidente Médici	Médio	B+	B
Primavera de Rondônia	Muito pequeno	B	C+
Rio Crespo	Muito pequeno		C+
Rolim de Moura	Médio	B	C+
Santa Luzia do Oeste	Pequeno	B	B
Seringueiras	Pequeno	B+	B
São Felipe do Oeste	Pequeno	C+	B
São Francisco do Guaporé	Pequeno	B	B+
São Miguel do Guaporé	Médio		B
Teixerópolis	Pequeno	B	C
Theobroma	Pequeno	B+	B
Urupá	Pequeno	B	B

Vale do Anari	Pequeno	C+	C
Vale do Paraíso	Pequeno	B	C
Vilhena	Médio	B+	C

Fonte: IEGM (2015 e 2016).

A Figura 3 destaca os municípios avaliados de Rondônia na área ou dimensão saúde com o comparativo de suas notas do ano de 2015 e 2016.

Em relação ao i-Saúde, dos 52 municípios rondonienses avaliados, 24 tiveram suas notas rebaixadas, representando aproximadamente 46% dos municípios avaliados em 2016, com destaque para os municípios de Buritis, Guajará-Mirim e Vilhena, que saíram da condição de “Muito Efetiva” (nota B+) para a condição de “Baixo Nível de Adequação” (nota C). Por sua vez, 16 municípios melhoraram sua avaliação no i-Saúde entre 2015 e 2016, representando aproximadamente 31% dos municípios avaliados, com destaque para o município de Alta Floresta do Oeste, que saiu da condição de “Em fase de Adequação” (nota C+) para a condição “Efetiva” (nota B+) e município de Ji-Paraná, que saiu da condição de “Efetiva” (nota B+) para a condição “Altamente Efetiva” (nota A), o único município com a nota máxima obtida nessa dimensão. Dez municípios mantiveram seu posicionamento em 2016 em relação a 2015 e outros dois municípios somente tiveram avaliação em 2016. Destacados em vermelha encontram-se os municípios que contribuíram para o rebaixamento da avaliação do estado no computo geral, muito embora na dimensão i-Saúde 16 municípios de Rondônia tenham melhorado seu posicionamento, o que não foi suficiente para o resultado no i-Saúde e na avaliação geral.

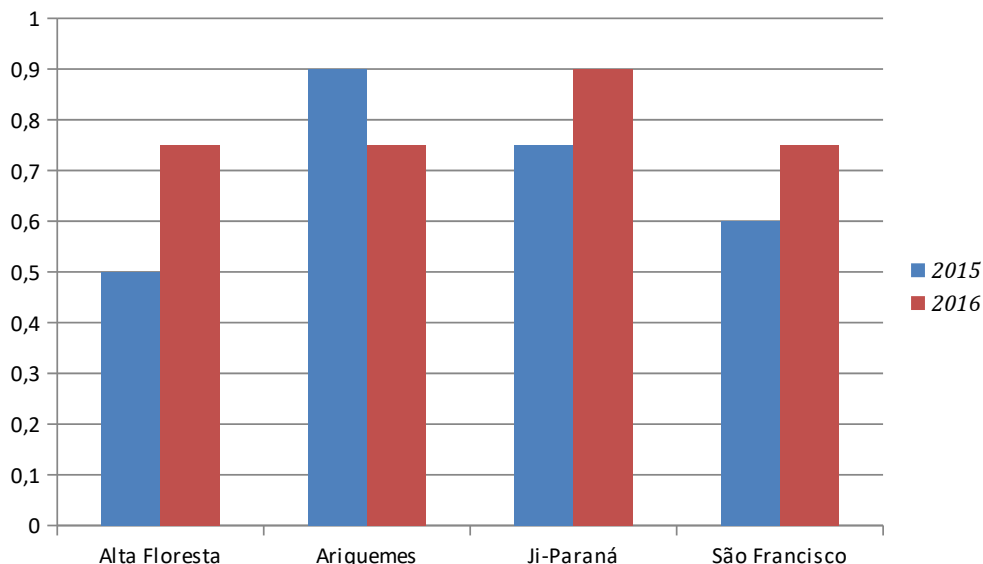
Ainda pela Figura 3, em 2015, apenas três municípios foram considerados com “Baixo Nível de Adequação” (nota C), sendo eles Candeias do Jamari, Mirante da Serra e Nova Mamoré. Os demais 13 municípios foram classificados “Em fase de Adequação” (nota C+), 19 municípios foram considerados “Efetivos” (nota B), 14 como “Muito Efetivos” (nota B+) e um como “Altamente Efetivo” (nota A) que foi Ariquemes.

Em 2016, o número de municípios considerados com “Baixo Nível de Adequação” (nota C) na avaliação subiu de três para 10 municípios. Entre os itens que contribuíram para o aumento do número de municípios para a condição de “Baixo Nível de Adequação” ao índice da área de saúde destacam-se: falta de informação sistematizada referente a demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a atenção

básica, ausência de instrumentos tecnológicos que possam proporcionar uma consulta médica a distância, inexistência de divulgação nas Unidades Básicas de Saúde em local acessível ao público quanto a escala de profissionais de saúde, os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de saúde de atenção básica municipais não estão regulares perante o corpo de Bombeiros, não há ouvidoria de saúde implantada, entre outros.

Em relação ao número de municípios avaliados como “Efetivos” (nota B) houve um aumento considerável de um ano para outro, se elevou de 19 para 28 municípios; o número de municípios considerados “Muito Efetivos” (nota B+) diminuiu de 14 para 03 e um município estava em situação de “Altamente Efetivo” (nota A), porém foi Ji-Paraná e não mais Ariquemes como ocorreu no ano passado. Portanto, os municípios destaques do ano de 2016 foram quatro, sendo 01 “Altamente Efetivo” e 03 “Muito Efetivos”. Para um melhor entendimento o Gráfico 2 apresenta o comparativo de notas desses municípios para 2016 em relação a 2015.

Gráfico 2: Comparativo das notas dos municípios de Rondônia destaques no Índice Saúde: 2016/2015



Fonte: IEGM (2015 e 2016).

Ao observar o Gráfico 2 percebe-se que dos 04 municípios, três tiveram suas notas elevadas de 2015 para 2016, somente 01 regrediu. Alta Floresta passou de em nível de adequação (nota C+) para muito efetiva (nota B+), São Francisco do Guaporé passou de efetivo para muito efetivo, Ji-Paraná foi de “Muito Efetivo” para a

condição “Altamente Efetiva” e Ariquemes regrediu de “Altamente Efetivo” para “Muito Efetivo”.

Do Gráfico 2 infere-se que o município de Ariquemes teve uma queda de “Altamente efetivo” para “Muito Efetivo”, em decorrência dos seguintes fatores apontados pela avaliação: no ano de 2015 os locais de atendimento médico-hospitalar e as unidades de atenção básica municipais estavam regulares perante o corpo de bombeiros, já em 2016 tais locais apresentaram irregularidade nesse quesito; em 2016 o município não dispunha de alvará de funcionamento da vigilância sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada, ressalta-se que em 2015 Ariquemes alegou possuir tal documento; de 2015 a 2016 a cidade passou a não apresentar componente municipal do Sistema de Auditoria Estruturado.

O município de Ji-Paraná evoluiu da condição de “Muito Efetivo” para “Altamente Efetivo”, tendo como fatores determinantes: a disponibilização em 2016 de consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos; a evolução do percentual de cobertura da população-alvo nas campanhas de vacinação, sendo que o índice referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida para o segundo cresceu de 95% para 98%, já o calendário de vacinação no segundo ano de vida evoluiu de 90% para 100%, no tocante a população adulta o percentual progrediu de 87% para 90%; o percentual de salas de vacinação em funcionamento.

A partir da Figura 4 são apresentados o índice da área do Meio Ambiente (i-Amb) para os municípios do estado de Rondônia.

Figura 4 – Comparativo dos Municípios de Rondônia Índice Meio Ambiente do IEGM: 2016 e 2015

i-Amb			
Municípios	Porte	2015	2016
Alta Floresta do Oeste	Médio	C	C
Alto Alegre dos Parecis	Pequeno	C	C
Alto Paraíso	Médio	C	C
Alvorada do Oeste	Pequeno	C	C
Ariquemes	Médio	B+	C+
Buritis	Médio	C	C
Cabixi	Pequeno	C	C
Cacaulândia	Pequeno	C	C
Cacoal	Médio	C	B+
Campo Novo de Rondônia	Pequeno	C	B
Cadeias de Jamari	Médio	C	C
Castanheiras	Muito pequeno	C	C
Cerejeiras	Pequeno	C	C
Chupinguaia	Pequeno	C	C

Colorado do Oeste	Pequeno	C	C
Corumbiara	Pequeno	C	C
Costa Marques	Pequeno	C	C
Cujubim	Médio	C	C
Espigão do Oeste	Médio	C+	C
Governador Jorge Teixeira	Pequeno	C	C
Guajará-Mirim	Médio	C	C
Itapuã do Oeste	Pequeno	C	C
Jaru	Médio	C	C
Ji-Paraná	Médio	A	B
Machadinho do Oeste	Médio	C	C
Ministro Andreazza	Pequeno	C	C
Mirante da Serra	Pequeno	C	C
Monte Negro	Pequeno	C+	C+
Nova Brasilândia do Oeste	Médio	C	C
Nova Mamoré	Médio	C	C
Nova União	Pequeno	C	C
Novo Horizonte do Oeste	Pequeno	C	C
Ouro Preto do Oeste	Médio	C	C
Parecis	Pequeno	C	C
Pimenta Bueno	Médio	C+	B
Pimenteiras do Oeste	Muito pequeno	C	C
Porto Velho	Grande	A	C+
Presidente Médici	Médio	C	C
Primavera de Rondônia	Muito pequeno	C	C
Rio Crespo	Muito pequeno		C
Rolim de Moura	Médio	C	B
Santa Luzia do Oeste	Pequeno	C	C
Seringueiras	Pequeno	C	C
São Felipe do Oeste	Pequeno	C+	C
São Francisco do Guaporé	Pequeno	C	C
São Miguel do Guaporé	Médio		C
Teixerópolis	Pequeno	C	C+
Theobroma	Pequeno	C	C
Urupá	Pequeno	C+	C
Vale do Anari	Pequeno	C	C
Vale do Paraíso	Pequeno	C	C
Vilhena	Médio	A	B+

Fonte: IEGM (2015 e 2016).

A partir da Figura 4 observa-se que 08 municípios apresentaram resultados piores em 2016 em comparação a 2015 para o índice Meio Ambiente, representando aproximadamente 15% dos municípios do estado. Destaque negativo para Ji-Paraná, que regrediu da condição “Altamente Efetiva” (nota A) para a condição de “Efetiva” (nota B) no índice, relação 2016/2015. Apenas 5 municípios apresentaram melhora no índice Meio Ambiente no ano de 2016 em relação a 2015, com destaque para Cacoal, que evoluiu da condição “Baixo Nível de Adequação” (conceito C) para a condição “Muito Efetiva” (conceito B+). Os demais municípios mantiveram seus

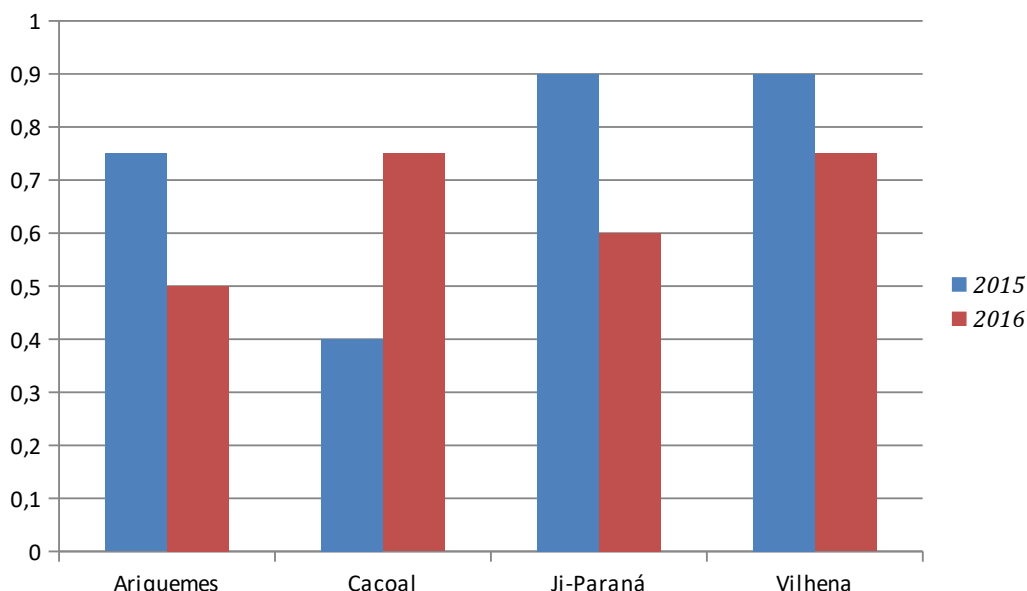
conceitos, à exceção de Rio Crespo e São Miguel do Guaporé, que não responderam ao questionário no ano de 2015 e não foram avaliados no referido ano.

Ao analisar a Figura 4, é possível observar ainda que, em 2015, 42 municípios apresentaram índice “Baixo Nível de Adequação” (nota C) na gestão do Meio Ambiente, cinco municípios estavam “Em fase de Adequação” (nota C+), apenas os municípios de Ariquemes foi classificado como “Muito Efetivo” (nota B+) e Ji-Paraná e Vilhena foram os únicos municípios que estavam na condição “Altamente Efetivos” (nota A) neste índice.

Em 2016, 42 municípios apresentaram “Baixo Nível de Adequação” (nota C), 4 municípios apresentaram resultado “Em fase de Adequação” (nota C+), outros 4 municípios, Campo Novo de Rondônia, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Rolim de Moura obtiveram índice “Efetivo” (nota B) e Vilhena e Cacoal foram classificados como “Muito Efetivos” (B+). Neste ano nenhum município se mostrou “Altamente Efetivo” (nota A).

Para melhor reprodução foram selecionados municípios destaques do ano de 2015 e de 2016, os dados são apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5: Comparativo das notas dos municípios de Rondônia destaques no Índice Meio Ambiente 2016/2015:



Fonte: IEGM (2015 e 2016).

No tocante aos municípios avaliados em 2016 no índice Meio Ambiente, 42 apresentaram baixo nível de adequação entre as causas para essa má avaliação observa-se que dentre esses municípios detecta-se que ou eles não realizam a

coleta seletiva de resíduos sólidos ou realizam apenas parcialmente; algumas prefeituras realizam tão somente uma estimulação parcial entre os órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais, outras simplesmente não realizam; as prefeituras não possuem e nem participam de programas ou ações que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental do município; quase todos esses municípios com nota baixa não possuem plano municipal de saneamento básico; dentre essas cidades não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem; não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso para a rede municipal da atenção básica da saúde; nenhum apresentou ações e medidas quanto ao contingenciamento para provisão de água potável e inexistem planos emergenciais com ações para fornecimento de água potável à população em caso de escassez.

Apesar de, juntamente com os índices Gestão Fiscal e Cidades Protegidas, o índice de Governança em Tecnologia da Informação se destacarem com a presença de um número mais elevado de municípios que tiveram sua classificação melhorada, isso não foi suficiente para melhorar o índice geral (IEGM) do estado de Rondônia em 2016, haja vista que os demais 4 índices o resultado foi negativo, com número de municípios que regrediram sua avaliação em número superior aos municípios que evoluíram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em âmbito nacional o estado de Rondônia apresentou destaque no primeiro ano pesquisado (2015) devido ao quantitativo de adesão, apenas dois municípios não responderam ao questionário do IEGM no referido ano, tendo 50 municípios respondido ao índice, contando o estado com 96,15% de adesão e em 2016 todos os municípios fiscalizados responderam ao índice, o que corresponde a 52 municípios. Cabe ressaltar que no primeiro ano de implantação somente 19 estados apresentaram um bom nível de adesão.

No que concerne à classificação, o estado de Rondônia regrediu, quando no ano de 2015 apresentou a legenda C+, correspondente à classificação “Em fase de Adequação” e, em 2016, foi qualificado com “Baixo Nível de Adequação”

correspondente a legenda C. Os quesitos que auxiliaram para a piora do resultado frente ao índice global foram educação, saúde, planejamento e meio ambiente.

Educação foi o índice que mais contribuiu para a queda desempenho avaliado, uma vez que 27 municípios regrediram na legenda e somente 2 municípios apresentaram índice em 2016 superior ao obtido em 2015, sendo que os demais municípios mantiveram seu desempenho. Saúde vem logo em seguida, pois 24 municípios apresentaram desempenho inferior em 2016 comparado a 2015 e somente 16 municípios melhoraram seu desempenho, tendo o restante dos municípios mantidos seus resultados na avaliação.

Em relação ao índice Planejamento, além de apresentar 06 municípios com a legenda decrescida, a incidência de “Baixo Nível de Adequação” correspondeu a cerca de 86,54% dos municípios avaliados em 2016, o que mostra uma dificuldade de efetividade na gestão municipal no que corresponde ao planejamento dos municípios rondonienses.

O índice Meio Ambiente também expôs a dificuldade das gestões municipais do estado de Rondônia nesse sentido, além de apresentar uma queda na legenda para 07 municípios, a classificação predominante foi “Baixo Nível de Adequação”, sendo que em 2016 aproximadamente 81% das cidades pesquisadas foram qualificadas com a legenda mais baixa do índice no processo de avaliação.

O índice Proteção as Cidades, apesar de apresentar apenas 02 municípios com a legenda diminuída de um ano para outro e 05 que progrediram no índice, possui uma classificação de baixo nível de adequação muito alta, correspondendo em 2016 a praticamente 87% dos municípios com a legenda citada, o que expõe também a grande dificuldade dos municípios em gerir nesse respectivo item, fortemente ligado à defesa civil.

No tocante ao índice Fiscal, apenas um município, em 2016, foi classificado com a legenda baixo nível de adequação, os demais foram qualificados com as legendas superiores, o que caracteriza um aspecto positivo no geral na gestão dessa área de avaliação.

Tendo em consideração a legenda maior que corresponde a altamente efetivo, apenas 03 cidades foram rotuladas, sendo Ji-Paraná no índice de saúde, São Felipe D'Oeste no aspecto Fiscal e Porto Velho no correspondente a Proteção a Cidades.

A capital Porto Velho também merece destaque porque foi o único município que não apresentou, nos itens avaliados, a classificação de baixo nível de adequação e somente no tocante a saúde e meio-ambiente foi classificada como em fase de adequação, recebendo, nos demais itens, notas superiores. Apesar desse mérito Porto Velho recebeu nota B, correspondendo a “Efetivo”. Além de Porto Velho, mais 03 municípios foram classificados como “Efetivos”: Ji-Paraná, Cacoal e Cerejeiras. Portanto, esses são os municípios destaques.

Os municípios que tiveram pior desempenho e contribuíram para a redução da avaliação agregada do estado foram: Alto Paraíso, Alvorada do Oeste, Cabixi, Cacaúlândia, Colorado do Oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim, Machadinho do Oeste, Novo Horizonte, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena. Esses municípios obtiveram, em 2016, ao menos 5 notas C (Baixo Nível de Adequação), num total de 7 índices avaliados. A preocupação maior é sobre os municípios de Vilhena, Alto Paraíso e Machadinho do Oeste, todos de médio porte que tiveram baixa avaliação em 5 índices em 7 totais. Os demais municípios são considerados de pequeno porte, cabendo destacar que o porte do município impacta a avaliação global.

Os índices em que os municípios tiveram, em sua maioria, pior avaliação no ano de 2016, foram os índices de Planejamento e Cidades Protegidas, com 47 e 45 avaliações C (Baixo Nível de Adequação), respectivamente. Esses dois índices acabaram contribuindo, mais que proporcionalmente, para o baixo desempenho agregado do estado de Rondônia em 2016.

No que concerne a veracidade dos questionários apresentados pelos municípios observa-se que em 2016 houve uma adequação, cidades que antes argumentavam, por exemplo, que possuíam certa infraestrutura, no ano seguinte ao da implantação passaram a expor o que realmente ocorre, o que contribui para um maior nível de confiança no índice aferido e coopera para que os objetivos apontados inicialmente sejam alcançados.

REFERÊNCIAS

Amorim, A. C. A utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) como ferramenta de avaliação de políticas públicas. (2017). *Conteúdo Jurídico*, Ano IX, p. 412-423. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj589550.pdf> >. Acesso em 28/02/2018.

Bodart, C. N. (org.). (2015). *Gestão pública: transparência, controle e participação social*. Vila Velha: Fundação Novo Milênio.

Chiavenato, I. (1994). *Recursos humanos na empresa: pessoas, organizações e sistemas*. 3. ed. – São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Gomes, E. G. M. (2009). *Gestão por resultados e eficiência na administração pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP/ FGV.

Guerra, E. L. A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: UNA.

IRB. Instituto Rui Barbosa. (2015). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal*. 1º Anuário 2015. Instituto Rui Barbosa. Disponível em: < http://iegm.irbcontas.org.br/base/anuario_2015.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

IEGM, Instituto Rui Barbosa. *Índice de Efetividade da Gestão Municipal*. Disponível em: < <http://iegm.irbcontas.org.br/>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2007). *Técnicas de pesquisa*. 6. ed. – São Paulo: Atlas.

Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 551-579. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>>. Acesso em 26 de jan. de 2008.

Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: UFG.

Rezende, F. (2001). *Finanças públicas*. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

Sousa, M. C. S.; Ramos, F. S. (1999). Eficiência técnica e retornos de escala na produção de serviços públicos municipais: o caso do nordeste e do sudeste brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 433-461, out./dez. 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71401999000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2018.

TCE/SP, Revista do Tribunal de Contas de São Paulo. *Índice de efetividade da gestão Municipal*. Disponível em: < https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/manual-iegm-tcesp_0_0.pdf>. Acesso em 18 jan. 2018.

Torres, M. D. F. (2004). *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.